

15/3/98 PVP 1-3

O verde e o verde-oliva

ALFREDO SIRKIS

O debate sobre a defesa nacional e suas novas missões na virada do século não empolga muito. Qual é seu significado no pós-Guerra Fria, neste mundo unipolar, dito globalizado?

O Brasil não pode abrir mão de uma defesa nacional capaz de garantir sua soberania, sua integridade territorial, seu Estado democrático de Direito e o monopólio deste sobre o armamento de guerra. As relações com nossos vizinhos são boas, sem perspectivas de conflito. Mas essa contingência não pode ser totalmente excluída no futuro, sobretudo em relação a hostilidades ditas de “baixa intensidade” com facções paraestatais ou outros “poderes de fato”, como o narcotráfico.

Aqui é bom distinguir. Um eventual envolvimento das Forças Armadas na luta antidrogas seria insensatez completa —contra a qual, felizmente, há uma salutar reação no meio militar, que sabe bem quão perigosa pode se tornar semelhante aventura sob pressão norte-americana. Colômbia e México são bons exemplos do que acontece quando se tenta fazer do Exército nacional delegacia de entorpecentes.

Questão diferente é a proteção do território, da população e das instituições contra ameaças militares resultantes de conflitos envolvendo narcotráfico e comércio de armas. Se a implementação do proibicionismo antidrogas é uma teia de Penélope, o controle do Estado de Direito sobre o território nacional e o monopólio das Forças Armadas em relação ao material bélico são absolutamente vitais. Nesse caso, não há como descartar possibilidades de intervenção militar interna, nas situações e modalidades previstas pela Constituição.

Outra dimensão da defesa nacional está ligada às necessidades de inteligência, coleta de informações e manejo de contra-informações envolvendo amea-

ças ao país por parte da especulação financeira internacional. Hoje, os Estados nacionais, mesmo os mais poderosos, sofrem de uma vulnerabilidade inédita em face dos movimentos de capitais especulativos e de certas ações de empresas transacionais.

Um ataque especulativo ao real, por exemplo, pode provocar um dano incalculável a toda a nação, excetuando-se o punhado de crápulas que nele possa estar envolvido. Milhões poderiam perder o emprego, dezenas de milhões teriam seu padrão de vida negativamente afetado. Esse ataque é uma forma contemporânea de agressão, camuflada e impune, com riscos totalmente assimétricos entre quem o protagoniza e quem padece com ele.

Uma ameaça dessas não pode ser enfrentada apenas com os mecanismos monetários clássicos do Banco Central, cujo “saco de maldades” sói fazer mais mal às vítimas do que aos algozes.

O Estado precisa ter a capacidade de coletar informação e retaliar agressores financeiros. São operações de espionagem, contra-informação e outras medidas do clássico arsenal dos serviços de inteligência, adaptadas a uma modalidade de conflito totalmente nova.

O Estado não pode se preparar apenas para travar conflitos do passado ou em cenários improváveis enquanto a “guerra” real se processa pelos circuitos informatizados da especulação financeira, em massacres nos quais não há —pelo menos de imediato— mortos e feridos, mas ninguém se salva.

Outra nova missão é a defesa do meio ambiente. Hoje, a proteção do território não visa apenas garantir que regiões

do país não venham a ser controladas por outras nações ou sejam objeto de separatismo. Há uma dimensão ambiental na defesa da pátria, entendida não como ente abstrato, mas como população, território, língua, cultura, história, instituições e ambiente natural.

A proteção da natureza brasileira, dos seus ecossistemas e da biodiversidade será a grande missão de defesa nacional das próximas décadas. Durante muito tempo, houve uma desconfiança mútua entre militares e ambientalistas, com preconceitos de ambos os lados, ligados ao contexto da Guerra Fria.

Da parte dos militares, a preocupação com a perda da soberania sobre a Amazônia —entendida como soberania territorial— e a desconfiança em relação a interferências estrangeiras (ONGs etc.) se somaram às sequelas dos “anos de chumbo”. Isso tornou subestimados os mecanismos modernos de limitação de soberania, como o controle externo dos

recursos da biodiversidade.

Hoje, o controle do espaço aéreo e um forte envolvimento das Forças Armadas na defesa de grandes ecossistemas —como a Amazônia, o Pantanal e o mar territo-

rial— são indispensáveis. Elas devem ser reequipadas, material e doutrinarmente, para as novas missões da virada do século. Se, como dizia Clausewitz, a guerra é a continuação da política por outros meios, hoje ela surge cada vez mais associada a cenários ecológicos e econômicos nos quais podem convergir verde e verde-oliva.

Durante muito tempo, houve uma desconfiança mútua entre militares e ambientalistas, no contexto da Guerra Fria